



MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO

Emitente: Controladoria Geral Interna

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá

Gestor responsável: David Raasch

Exercício: 2025

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Em observância ao disposto no artigo 74 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a presente Unidade de Controle Interno procedeu, no exercício anteriormente mencionado, à realização de atividades de controle com a finalidade de prestar apoio ao controle externo no desempenho de sua missão institucional, em consonância com os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade.

Na sequência, são apresentados os pontos de controle previamente selecionados para análise, conforme previsto no Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI/2025, instituído pelo Decreto nº 123/2025, os quais são elencados na Tabela Referencial 1, da Instrução Normativa nº 68, de 08 de dezembro de 2020, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, bem como os procedimentos metodológicos adotados, seguidos das respectivas constatações, recomendações e proposições formuladas, culminando, ao final, na emissão de parecer conclusivo por esta unidade.

Cumprir destacar que, dentre os itens objeto de avaliação, parcela significativa foi examinada por meio da análise de relatórios extraídos de sistemas informatizados utilizados pelo ente municipal, bem como por verificações in loco junto às respectivas unidades administrativas. Registra-se, ainda, que determinados itens elencados não foram submetidos a procedimentos formais de auditoria, sendo analisados por meio de verificações documentais, consultas a sistemas, análise de processos administrativos e levantamento de informações pertinentes.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ressalta-se que, em diversos casos, a normativa aplicável previa a realização de auditoria governamental de conformidade como procedimento ideal. Contudo, em razão de limitações de ordem temporal, não foi possível a execução integral da metodologia originalmente sugerida, tendo sido adotados, alternativamente, procedimentos de verificação simplificada, sem prejuízo da análise dos aspectos considerados relevantes.

Por fim, apresenta-se, a seguir, síntese consolidada das avaliações realizadas no período em referência.

Nº do Ponto de Controle	Assunto	Auditor Público Interno responsável pela análise	Matrícula / Conselho de Classe
1.2.9	Despesa Administrativa	Amanda L. F. Veloso	053232 / CRC ES 23361/O
1.2.10	Disponibilidades financeiras contas específicas	Amanda L. F. Veloso	053232 / CRC ES 23361/O
1.2.11	Disponibilidades financeiras - limites	Amanda L. F. Veloso	053232 / CRC ES 23361/O
1.2.12	Disponibilidades financeiras - vedações	Amanda L. F. Veloso	053232 / CRC ES 23361/O
1.2.13	Equilíbrio financeiro do RPPS – Ingressos e desembolsos	Amanda L. F. Veloso	053232 / CRC ES 23361/O
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de equacionamento	Amanda L. F. Veloso	053232 / CRC ES 23361/O
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - registro contábil compatibilidade com inventário	Amanda L. F. Veloso	053232 / CRC ES 23361/O
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	Amanda L. F. Veloso	053232 / CRC ES 23361/O
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação, confirmação externa	Amanda L. F. Veloso	053232 / CRC ES 23361/O
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Amanda L. F. Veloso	053232 / CRC ES 23361/O
2.2.31	Despesa – liquidação	Amanda L. F. Veloso	053232 / CRC ES 23361/O
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Amanda L. F. Veloso	053232 / CRC ES 23361/O
2.3.1	Passivos Contingentes - precatórios judiciais	Amanda L. F. Veloso	053232 / CRC



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

			ES 23361/O
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	Amanda L. F. Veloso	053232 / CRC ES 23361/O
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.3	Alíquota de contribuição - fixação	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias - RPPS	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.6	Contribuições previdenciárias dos servidores cedidos	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.7	Servidores cedidos	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.8	Controle informatizado e individualizado das contribuições dos servidores do ente	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.9	Disponibilização do registro individualizado ao segurado	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.11	Compensação previdenciária	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.12	Orçamento – Fontes de recursos vinculadas	Amanda L. F. Veloso	053232 / CRC ES 23361/O
2.5.13	Orçamento – Fontes de recursos não vinculadas	Amanda L. F. Veloso	053232 / CRC ES 23361/O
2.5.14	Transparência	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.15	Atuação dos conselhos de previdência	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.16	Obrigações do MPS	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.18	Avaliação Atuarial - reavaliação anual	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.19	Cálculo Atuarial - data base	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.20	Plano de Amortização - instituição por Lei	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.25	Recadastramento dos inativos e pensionistas	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.26	Censo Atuarial	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.27	Hipóteses Atuariais - Definição	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.29	Meta atuarial - definição	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.30	Meta atuarial - cumprimento	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.31	Cômite de investimentos - instituição	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.32	Cômite de investimentos - reuniões	Gabriel B. Plantickow	053233

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.5.33	Cômite de investimentos - certificados dos membros	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.34	Política de investimento	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.35	Aplicação dos recursos	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.36	Utilização do Formulário (APR)	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.43	Pagamento indevido - medidas de controle	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.45	Despesa Administrativa - fixação em lei	Gabriel B. Plantickow	053233
2.5.46	Despesa administrativa - cumprimento do limite	Gabriel B. Plantickow	053233
2.6.4	Pessoal – teto	Amanda L. F. Veloso	053232 / CRC ES 23361/O
2.7.2.1	Registro de Admissões – envio ao TCE	Gabriel B. Plantickow	053233
2.7.2.2	Registro de Admissões – apreciação do controle interno	Gabriel B. Plantickow	053233
2.7.2.4	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma – apreciação do controle interno	Gabriel B. Plantickow	053233
2.7.2.6	Registro de Pensões – apreciação do controle interno	Gabriel B. Plantickow	053233



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Código	Objeto/ Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universe do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.2.9.	Despesa Administrativa	Processo nº 2026-12WR9	Lei 9717/98, art. 6, VIII; Portaria MPT 1647/2022, ART. 84 Lei Municipal 2643/2023.	Verificar se o valor empenhado no exercício com despesa administrativa do RPPS está dentro do limite fixado em lei.	Despesas Administrativas 2025: R\$ 1.546.229,54.	Despesas Administrativas 2025: R\$ 1.546.229,54.
1.2.10.	Disponibilidades financeiras - contas específicas	Extratos bancários de dezembro de 2025 e Termo de Verificação das Disponibilidades Financeiras. Processo nº 2026-R4TKJ	LC 101/2000, art. 43, § 1º.	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas e distintas do ente público mantenedor. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos.	Saldo Dezembro de 2025: R\$ 145.362.650,30.	Saldo Dezembro de 2025: R\$ 145.362.650,30.
1.2.11.	Disponibilidades financeiras – Limites e condições de proteção e prudência nas aplicações	Extratos bancários de dezembro de 2025, Termo de Verificação das Disponibilidades Financeiras e Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos	LC 101/2000, art. 43, § 1º. c/c Lei nº 9.717/1998, art. 6, inciso IV. c/c Resolução CMN nº 4963/2021	Avaliar se as aplicações financeiras dos recursos depositados nas contas específicas dos fundos de previdência observaram os limites e condições de proteção e prudência financeira de mercado e, em especial, seguindo as determinações do Conselho	Saldo Dezembro de 2025: R\$ 145.362.650,30.	Saldo Dezembro de 2025: R\$ 145.362.650,30.

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES

Page 5 of 21



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

		Recursos. Processo nº 2026-R4TKJ		Monetário Nacional.		
1.2.12.	Disponibilidades financeiras – vedações	Extratos bancários de dezembro de 2025, Termo de Verificação das Disponibilidades Financeiras e Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos. Processo nº 2026-R4TKJ	LC 101/2000, art. 43, § 2º.	Avaliar se as vedações especificadas no § 2º, do artigo 43, da LRF, foram observadas, quando da aplicação das disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência.	Saldo Dezembro de 2025: R\$ 145.362.650,30.	Saldo Dezembro de 2025: R\$ 145.362.650,30.
1.2.13	Equilíbrio financeiro do RPPS – Ingressos e desembolsos	Processo nº 12WR9	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro	Receitas auferidas: R\$ 40.898.170,31 / Despesas Empenhadas: R\$ 15.142.028,91.	Receitas auferidas: R\$ 40.898.170,31 / Despesas Empenhadas: R\$ 15.142.028,91.
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de equacionamento	Processo nº 12WR9	CRFB/88, art. 40; LC 101/2000, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Avaliar, no RPPS onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio, com base em modificação do plano de custeio normal e/ou suplementar.	Processo nº 12WR9	Processo nº 12WR9
1.3.1.	Bens em estoque, móveis, imóveis	Processo nº 2026-1RRSM-	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBC	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a	R\$ 54.438,55.	R\$ 54.438,55.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Relatórios de almoxarifado e patrimônio	TST 4, 7 A 10, in tc 36 ANEXO ÚNICO, ITEM 7,8,9,15,15 E 18	integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.		
1.3.3.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	Extratos bancários de dezembro de 2025 e Termo de Verificação das Disponibilidades Financeiras. Processo nº 2026-KNFX4.	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$ 145.362.650,30.	R\$ 145.362.650,30.
1.3.4.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação, confirmação externa	Extratos bancários de dezembro de 2025 e Termo de Verificação das Disponibilidades Financeiras. Processo nº 2026-KNFX4.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	R\$ 145.362.650,30.	R\$ 145.362.650,30.
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Listagem de liquidações de Novembro de 2025. Processo nº 2026-V2C69.	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	R\$ 1.086.193,83.	R\$ 1.086.193,83.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.2.31	Despesa – liquidação	Listagem de liquidações de Outubro de 2025. Processo nº 2026-S6QLC.	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré- requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	R\$ 44.110,31.	R\$ 44.110,31.
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Listagem de liquidações de Outubro de 2025. Processo nº 2026-S6QLC.	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	R\$ 44.110,31.	R\$ 44.110,31.
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Processo nº 2026-8J8TB	CRFB/88, art. 100. / ei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	Informações contidas no processo 2026-8J8TB e BALPAT	Informações contidas no processo 2026-8J8TB e BALPAT
2.3.2.	Dívida pública – precatórios – pagamento	Processo nº 2026-8J8TB.	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Informações contidas no processo 2026-8J8TB e BALPAT	Informações contidas no processo 2026-8J8TB e BALPAT
2.5.2	Base de Calculo de Contribuições - RPPS	Processo nº 2026-DVN95	CF/88, art. 40 e 195, LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º e Lei Municipal 2.643/2023	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base	Lei Municipal nº 2.643/2023 e Processo 2026-DVN95	Lei Municipal nº 2.643/2023 e Processo 2026-DVN95



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.5.3	Alíquota de contribuição - Fixação	Processo nº 2026-DVN95	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º e 3º, Lei Municipal 2643/2023	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária.	Lei Municipal nº 2.643/2023 e Processo 2026-DVN95	Lei Municipal nº 2.643/2023 e Processo 2026-DVN95
2.5.4	Alíquota de contribuição - Recolhimento	Processo nº 2026-DVN95	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º e Lei Municipal 2.643/2023	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Lei Municipal nº 2.643/2023 e Processo 2026-DVN95	Lei Municipal nº 2.643/2023 e Processo 2026-DVN95
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	Lei Municipal nº 2266/2019 e Processo nº 2026-DVN95	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. e Lei Municipal 2.266/2019	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.	Lei Municipal nº 2.266/2019 e Processo 2026-DVN95	Lei Municipal nº 2.266/2019 e Processo 2026-DVN95
2.5.6.	Contribuições Previdenciárias dos Servidores cedidos	Processo nº 2026-DVN95	CF/88, art.40. LRF, art. 69, Lei 9717/1998, ART. 1º, Portaria 1.467/2022, artigo 4º inciso I, 19,2	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Processo 2026-DVN95	Processo 2026-DVN95
2.5.7.	Servidores cedidos	Processo nº 2026-DVN95	CF/88, art.40. LRF, art. 69, Lei	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é	Processo nº 2026-DVN95	Processo nº 2026-DVN95

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES

Page 9 of 21



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

			9717/1998, ART. 1º, Portaria 1.467/2022, artigo 4º inciso I, 19,2	parte do contrato/termo de cessão de servidores.		
2.5.8	Controle informatizado e individualizado das contribuições dos servidores do ente	Processo nº 2026-DVN95	Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MTP 1.467/2022, art.. 75	Verificar se o ente federativo mantém registro individualizado dos segurados do RPPS, contendo as informações mínimas exigidas pelo Ministério da Previdência Social.	Processo nº 2026-DVN95	Processo nº 2026-DVN95
2.5.9	Disponibilização do registro individualizado ao segurado	Processo nº 2026-DVN95	Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MTP 1.467/2022, art.. 75	Verificar se o ente federativo disponibiliza aos seus segurados as informações constantes de seu registro individualizado.	Processo nº 2026-DVN95	Processo nº 2026-DVN95
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Lega	Processo nº 2026-DVN95	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 14 a 17.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Processo nº 2026-DVN95	Processo nº 2026-DVN95



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.5.11	Compensação Previdenciária	Processo nº 2026-FCM3D	CRFB/88, ART. 201 parag.. 9º, Lei 9796/199, art. 4º, Portaria MPT 1.467/2022, art. 81.	Verificar se a Unidade Gestora do RPPS adota rotina de envio dos processos ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) a fim de gerar o direito a receber a receita de compensação previdenciária.	Processo nº 2026-FCM3D	Processo nº 2026-FCM3D
2.5.12	Orçamento – Fontes de recursos vinculadas	Processo nº 2026-75GQV e Balancete Analítico de Receita e Despesa	Lei 4.320/64; MCASP.	Verificar se o orçamento está utilizando a correta fonte de recursos definida por Resolução deste Tribunal, aplicáveis a gestão previdenciária.	Receita arrecadada: R\$ 40.898.170,31/ Despesa Empenhada: R\$ 15.142.028,91	Receita arrecadada: R\$ 40.898.170,31/ Despesa Empenhada: R\$ 15.142.028,91
2.5.13	Orçamento – Fontes de recursos não vinculadas	Processo nº 2026-75GQV e Balancete Analítico de Receita e Despesa	Lei 4.320/64; MCASP.	Verificar a existência de dotação orçamentária para a execução da despesa do RPPS que recebe aporte para cobertura de insuficiência financeira como complementação da folha de benefícios previdenciários, em montante correspondente com a fonte de recursos do tesouro.	Receita arrecadada: R\$ 40.898.170,31/ Despesa Empenhada: R\$ 15.142.028,91	Receita arrecadada: R\$ 40.898.170,31/ Despesa Empenhada: R\$ 15.142.028,91
2.5.14	Transparência	Processo nº 2026-T7S17	Lei 10.887/2004, art. 9º, inc. III; Portaria MTP 1.467/2022, art. 74.	Verificar se a unidade gestora do RPPS disponibiliza ao público, inclusive por meio eletrônico, informações atualizadas e relatórios contábeis, financeiros, previdenciários acerca do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados	Site institucional	Site institucional



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

				para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.		
2.5.15	Atuação dos conselhos de previdência	Processo nº 2026-JF283	Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. VI; Portaria MTP 1.467/2022, art. 76 a 80.	Avaliar se os membros do Conselho ou órgão deliberativo do RPPS possuem os seguintes critérios: efetividade, paridade, legitimidade e grau de instrução compatível com as atividades do RPPS.	Site institucional	Site institucional
2.5.16	Obrigações do MPS	Processo nº 2026-TD1PJ	Portaria MTP 1.467/2022, ART. 241	Verificar o cumprimento das obrigações exigidas pelo MPS com o envio do DRAA, DAIR, DIPR e DPIN e demais informações necessárias para emissão do CRP.	Processo nº 2026-TD1PJ e dados do sítio eletrônico do MPS.	Processo nº 2026-TD1PJ e dados do sítio eletrônico do MPS.
2.5.18	Avaliação Atuarial - reavaliação anual	Processo nº 2026-81GV0	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF.	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social, realizou a cada balanço a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios e a verificação da manutenção do equilíbrio financeiro atuarial do RPPS	Balanço Patrimonial e reavaliação do plano de custeio e benefícios, balancetes de despesa e receita 2025	Balanço Patrimonial e reavaliação do plano de custeio e benefícios, balancetes de despesa e receita 2025
2.5.19	Cálculo atuarial - Data Base	Processo nº 2026-LFJVK	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF, MACSP	Verificar se o RPPS realiza o cálculo atuarial com data base coincidente com a data base das demonstrações contábeis do exercício.	Processo nº 2026-LFJVK	Processo nº 2026-LFJVK



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.5.20	Plano de Amortização - Instituição por Lei	Processo nº 2026-LFJVK	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF, Portaria MTP 1.467/2022, art. 55 a 57	Verificar se foi instituído por lei o plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial com prazo máximo de 35 anos	Processo nº 2026-LFJVK	Processo nº 2026-LFJVK
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Processo nº 2026-LFJVK	MCASP; Portaria MTP 1.467/2022, art. 55.	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	Processo nº 2026-LFJVK	Processo nº 2026-LFJVK
2.5.25	Recadastramento dos inativos e pensionistas	Processo nº 2026-X3WCF	Lei Federal 10.887/2004 art. 3º. Portaria MPT 1.467/2022, art. 47.	Verificar se o RPPS realiza recadastramento anual dos aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, e não apenas “prova de vida”.	2026-X3WCF	2026-X3WCF
2.5.26	Censo Atuarial	Processo nº 2026-N50ZB	Lei Federal 10.887/2004 art. 3º. Portaria MPT 1.467/2022, art. 47.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados	2026-N50ZB	2026-N50ZB

Rua Dalmácio Espíndula, nº 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, ES

Page 13 of 21



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

				adequada.		
2.5.27	Hipóteses Atuariais - Definição	Processo nº 2026-WJFXD	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS.	Processo nº 2026-WJFXD	Processo nº 2026-WJFXD
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta	Processo nº 2026-WJFXD	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	Processo nº 2026-WJFXD	Processo nº 2026-WJFXD
2.5.29	Meta atuarial - definição	Processo nº 2026-WJFXD	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 39.	Avaliar se a definição da meta atuarial está adequada frente às projeções macroeconômicas à época da realização do cálculo atuarial	Processo nº 2026-WJFXD	Processo nº 2026-WJFXD
2.5.30	Meta atuarial - cumprimento	Processo nº 2026-WJFXD	Portaria MTP 1.467/2022, art. 136.	Avaliar o cumprimento da meta atuarial por meio das rentabilidades alcançadas em relação aos investimentos.	Processo nº 2026-WJFXD	Processo nº 2026-WJFXD



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.5.31	Comitê de investimentos - instituição	Ofício ao IPS, Portarias de nomeação dos membros e Processo nº 2026-D61D4	Portaria MTP 1.467/2022, art. 91 e 280	Verificar se houve a instituição do Comitê de Investimento.	Ofício ao IPS, Portarias de nomeação dos membros, legislações.	Ofício ao IPS, Portarias de nomeação dos membros, legislações.
2.5.32	Comitê de investimentos - Reuniões	Atas de reuniões de 2025 e Processo nº 2026-D61D4	Portaria Mtp 1.467/2022, art. 91, inciso III	Verificar se houve periodicidade das reuniões e que as deliberações foram registradas em atas.	Ofício ao IPS, Portarias de nomeação dos membros, legislações.	Ofício ao IPS, Portarias de nomeação dos membros, legislações.
2.5.33	Comitê de investimentos – Certificados dos membros	Certificados dos membros do Comitê de Investimentos e Processo nº 2026-D61D4	Portaria MTP 1.467/2022, art.. 76	Verificar se a maioria dos membros possui certificação para operar no mercado brasileiro de capitais.	Ofício ao IPS, Portarias de nomeação dos membros, legislações.	Ofício ao IPS, Portarias de nomeação dos membros, legislações.
2.5.34	Política de Investimento	Processo nº 2026-ZFFH8	Lei 9.717/98, art.1º, § único e 6º, IV e VI; Resolução CMN 4963/2021, art. 4º.	Verificar se foi instituída no exercício anterior, a Política de Investimento para exercício financeiro subsequente.	Processo nº 2026-ZFFH8 e o Relatório da Política de Investimentos	Processo nº 2026-ZFFH8 e o Relatório da Política de Investimentos
2.5.35	Aplicação dos recursos	Extratos bancários de dezembro de 2025, DAIR e Processo nº 2026-H16GZ	CF/88, artigo 164, § 3º. LC 101, art. 43.	Avaliar se os recursos financeiros do RPPS estão aplicados em instituições oficiais.	Extratos bancários de dezembro de 2025, DAIR e Processo nº 2026-H16GZ	Extratos bancários de dezembro de 2025, DAIR e Processo nº 2026-H16GZ



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.5.36.	Utilização do Formulário (APR)	Processo nº 2026-8L6WF	Portaria MTP 1.467/2022, artigo 116	Avaliar se o formulário de Autorização de Aplicação e Resgate (APR) está sendo utilizado em todas as aplicações e resgates.	Processo nº 2026-8L6WF	Processo nº 2026-8L6WF
2.5.43	Pagamento Indevido – medidas de controle	Processo nº 2026-QFQB2	Art. 63 da Lei Federal 4.320/64	Verificar se o RPPS adota medidas de controle para evitar o pagamento a beneficiários falecidos.	Processo nº 2026-QFQB2	Processo nº 2026-QFQB2
2.5.45	Despesa Administrativa – fixação em lei	Processo nº 2026-DKDWW	Lei 9.717/98, art. 6º Inciso VIII, Portaria MTP 1.467/2022, art. 84 e Lei Municipal 2643/2023.	Verificar se o percentual para despesa administrativa foi fixado em lei.	Processo nº 2026-DKDWW	Processo nº 2026-DKDWW
2.5.46	Despesa administrativa – cumprimento do limite	Processo nº 2026-DKDWW	Lei 9.717 de 1998, art.1, III; Portaria MTP 1467/2022, art. 84	Verificar se houve recursos previdenciários cobrindo o excesso da taxa administrativa (atualmente a taxa de Administração é de até 2% do valor das remunerações, proventos, pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício anterior).	Processo nº 2026-DKDWW	Processo nº 2026-DKDWW
2.6.4.	Pessoal – teto	Processo nº 2026-QWTVL, Relatório Salário	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o	R\$ 15.178.981,73.	R\$ 1.176.112,06.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

		Maior que o Teto, Folha de Pagamento e Ficha Financeira		disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.		
2.7.2.1	Registro de Admissões – envio ao TCE	Processo nº 2026-PWL01	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro	Admissões referentes aos Editais de Concurso Público	Admissões referentes aos Editais de Concurso Público
2.7.2.2	Registro de Admissões – apreciação do controle interno	Processo nº 2026-PWL01	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016.	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo submetidos à apreciação do controle interno por meio de emissão de parecer.	Admissões referentes aos Editais de Concurso Público	Admissões referentes aos Editais de Concurso Público
2.7.2.4	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma – apreciação do controle interno	Processo nº 2026-MCJH5	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se aposentadorias de servidores efetivos, a transferência para a reserva remunerada e a reforma de militares concedidas pelo RPPS estão sendo submetidos à apreciação do controle interno por meio de emissão de parecer.	Processo nº 2026-MCJH5	Processo nº 2026-MCJH5
2.7.2.6	Registro de Pensões – apreciação do controle interno	Processo nº 2026-MCJH5	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Verificar se as pensões concedidas pelo RPPS estão sendo submetidos à apreciação do controle interno por meio de emissão de parecer.	Processo nº 2026-MCJH5	Processo nº 2026-MCJH5



1.2 Constatações e proposições

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
2.2.28	Fundamento legal utilizado inadequado para pagamento das liquidações nº 935, 936 e 937 - Lei nº 2.776/2023 âmbito de aplicação do Poder Legislativo.	Promova a imediata revisão da Portaria que instituiu a gratificação da comissão de licitações, adequando-a à legislação vigente aplicável ao Poder Executivo, especialmente à Lei nº 2.791/2024; Proceda à revogação ou anulação do ato, com a devida regularização dos pagamentos eventualmente realizados.	Monitoramento 2026
2.5.7	A auditoria identificou pendências financeiras significativas, com diversos meses em que a Administração não foi ressarcida pelos entes cessionários entre os anos de 2024 e 2026	Acompanhamento das pendências geradas pela falta de ressarcimento das remunerações dos servidores cedidos.	Monitoramento 2026
2.5.8	Não há controle informatizado e individualizado das contribuições dos servidores do ente	Processo nº 2.497/2019, recomendando a implementação do controle informatizado e individualizado das contribuições dos servidores do ente. Em despacho a Secretaria de Administração informa solicitou a empresa E&L a criação deste controle. Recomendação 2025: Monitorar a implantação do sistema previsto no Decreto nº 057/2026 para que a Informática viabilize o acesso técnico aos dados dos servidores pelo RPPS	Monitoramento 2026



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.5.9	Não há disponibilização do registro individualizado ao segurado	Processo nº 2.497/2019 recomendando a disponibilização do registro individualizado ao segurado. Em despacho a Secretaria de Administração informa que solicitou a empresa E&L a criação deste registro.	Em monitoramento
2.5.14	Publicação do Balancete do 4º Trimestre de 2025 e do Relatório de Avaliação Atuarial de 2025	Recomenda-se a imediata disponibilização do balancete contábil referente ao último trimestre de 2025 na seção de "Demonstrativos Contábeis e Financeiros", garantindo a tempestividade das informações financeiras e o encerramento do ciclo anual de transparência. Recomenda-se a inserção do Relatório de Avaliação Atuarial de 2025 na aba específica de "Relatório de Gestão Atuarial", documento indispensável para comprovar a manutenção dos parâmetros de equilíbrio e solvência do regime próprio.	Monitoramento 2026
2.5.20	Há necessidade de alterações dos lançamentos contábeis	Processo nº 001861/2024, que trata deste ponto de controle	Monitoramento 2026
2.5.34	Superveniência da Resolução CMN nº 5.272/2025 impôs a necessidade de revisão da Política. O envio da versão atualizada ainda não foi processado em razão da suspensão temporária do sistema CADPREV para fins de adequação à nova normativa.	Envio da Política Anual de Investimento à Secretaria de Previdência; Atualização do site com a Política Anual de Investimento atualizada nos moldes da nova Resolução.	Monitoramento 2026
2.5.40	Não é adotada a concessão e pagamento das aposentadorias por invalidez concedidas por junta médica, composta por no mínimo três médicos peritos.	Processo nº 014009/2018 recomendando a alteração da Lei Municipal nº 1.311/2011, proposta pelo IPS junto ao Executivo Municipal através do Ofício IPS/SMJ nº	Monitoramento 2026



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

		331/2018 e processos 005317/2020 e 013642/20219, OF/IPS/SMJ/Nº 005/2022. Foi devidamente procedida a criação da Lei Municipal sob o nº 2561/2022 que dispõe sobre a realização de perícias médicas dos servidores e pensionistas vinculados ao RPPS.	
2.6.4	Classificação de rubrica remuneratória de pagamento retroativo	Recomendou-se o ajuste do tipo de verba no Cidades para indenizatória.	Monitoramento 2026



2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Procedemos ao exame técnico da prestação de contas anual, elaborada sob a responsabilidade do Sr. David Raasch, na qualidade de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá, referente ao exercício financeiro de 2025, em conformidade com as normas aplicáveis à administração pública e aos princípios que regem a gestão fiscal.

A análise foi conduzida com base nos objetos e pontos de controle previamente definidos, conforme detalhado no item 1 desta manifestação, contemplando a verificação da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e conformidade dos atos de gestão praticados no período.

Diante dos exames realizados e das evidências obtidas, concluímos, sob o prisma técnico, que a referida prestação de contas deve ser classificada como **regular com ressalvas**, haja vista a identificação de impropriedades e/ou inconsistências de natureza formal que, embora não comprometam de forma material a regularidade da gestão nem resultem em dano ao erário, demandam registro e adoção de medidas corretivas por parte do responsável.

2.1 Ressalvas:

As ressalvas ora consignadas decorrem das constatações e inconformidades evidenciadas no item 1.2 desta manifestação, as quais, embora não comprometam de forma substancial a regularidade das contas, requerem providências corretivas por parte da gestão.

Com vistas ao saneamento das impropriedades identificadas e ao aprimoramento dos controles internos, recomenda-se que o Sr. David Raasch, apresente **Plano de Ação detalhado até o prazo máximo de 30 de junho de 2026**, contemplando a definição de medidas corretivas, metas, responsáveis e respectivos prazos para implementação, de modo a assegurar a plena conformidade dos procedimentos administrativos e contábeis.

Santa Maria de Jetibá, 27 de março de 2026

Priscila Jacob Knaak
Controladora Geral Interno
Portaria nº 1331/2025